

Alianças, diálogos, ideias

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília

Na medida em que se aproxima mais uma eleição, vale a pena lembrar projetos que no passado orgulharam Brasília e se espalharam pelo Brasil, graças a alianças, conversas e ideias vindas da população.

O Bolsa-Escola surgiu ainda com o nome "Renda mínima vinculada à educação", no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da Universidade de Brasília (UnB). A proposta foi apresentada, nos anos 1980, para todo o Brasil. Foi o jornalista Hélio Doyle quem levantou a possibilidade de aplicá-la apenas no Distrito Federal (DF). Havia a objeção de que isso atrairia milhares de famílias. Encontramos solução exigindo que a família beneficiada morasse no DF há pelo menos cinco anos.

No sábado passado, este jornal fez editorial informando que, no Nordeste, há mais pessoas dependendo do Auxílio Brasil do que vivendo de salário graças ao trabalho. A pandemia e os erros da economia contribuem para isso, mas é sobretudo a baixa escolaridade que desloca pessoas do mercado de trabalho para as políticas assistenciais. Por isso, ao criar o Bolsa-Escola, Brasília foi exemplo de como atender necessidade imediata de renda, graças à bolsa, e de transformação social e emancipação pessoal, graças à escola.

Foi o amigo taxista Argemiro quem me perguntou por que não dar Bolsa-Escola a adultos analfabetos, para que eles aprendessem a ler. Consideramos o risco de o analfabeto ficar recebendo o dinheiro sem dizer que aprendeu a ler. Elaboramos a solução de, no lugar de pagar renda mensal, comprar a primeira carta que o aluno escrevesse em sala de aula, provando ter aprendido a ler. Assim, surgiu o Bolsa-Alfa, projeto de grande impacto social e alto valor poético.

Foi conversando com o jornalista Gilberto Dimenstein, falecido em maio do ano passado, que ouvi a ideia de complementar o Bolsa-Escola pagando um valor para o aluno que fosse aprovado. O Bolsa-Escola mantinha a frequência, a complementação incentivaria o estudo. Havia o problema de incentivar o estudo e facilitar a evasão, depois de receber o prêmio. Tivemos a ideia de depositar o dinheiro em caderneta de poupança ao final do ano letivo em que fosse aprovado, para o aluno retirar quando concluísse o ensino médio.

O Bolsa-Escola foi descaracterizado em Bolsa Família e Auxílio Brasil, o Poupança Escola não foi adotado nacionalmente, mas está destacado nos livros de políticas públicas nascidas no DF.

O estímulo ao uso da faixa de pedestre foi sugestão do engenheiro Luiz Miura, então diretor do Detran-DF. Ideia tão ousada que muitos no próprio governo

foram contra, com medo de acidentes. A resistência foi vencida ao ser apresentada como programa de educação coletiva ao longo de meses, até criar uma cultura no DF que serviu de exemplo ao Brasil inteiro. A ação governamental foi mínima diante da ação coletiva da população, resultado do diálogo pedagógico.

O Projeto Saber foi fruto da ideia do então secretário do Trabalho Pedro Celso: formar milhares de jovens e adultos em ofícios, com cursos profissionalizantes. Centenas de milhares de pessoas se fizeram profissionais. Com apoio do programa BRB Trabalho, muitos se tornaram pequenos empresários, no próprio ramo dos ofícios que aprenderam: padeiros, cabeleiros, cozinheiros.

O Saúde em Casa é exemplo de projeto de máxima eficiência e impacto sobre a população. A ideia foi sugerida pela médica Maria José Maninha, então secretária de Saúde. Ela e sua equipe conseguiram idealizar e implantar um sistema que permitiu atendimento domiciliar a qualquer doente que precisasse. O programa Agroindústria Familiar foi criado e

executado pelo professor João Luiz Homem de Carvalho, então secretário de Agricultura. Graças ao programa, o pequeno produtor conseguia agregar valor ao seu produto agrícola, industrializando-o e dando-lhe feição para ser comercializado nos grandes shoppings. O pequeno era globalizado graças à assessoria do governo.

Na hora em que centenas de pessoas se preparam para disputar cargos eletivos, vale a pena lembrar como o DF teve programas de grande repercussão local, nacional e até mundial, graças à interação e ao diálogo. Cabe lembrar que aquele governo só foi possível por causa da aliança entre sete partidos, unindo inclusive PT e PSDB. Se não fosse o apoio da deputada federal Maria de Lourdes Abadia, do PSDB, o PT não teria eleito o governador em 1994.

Neste 2022, vale a pena que as lideranças lembrem as boas ideias, diálogos inspiradores e as boas alianças. Sem eles, o Brasil e nossa cidade não dariam os passos necessários para construirmos o futuro que queremos.



Meditação como ato político

» ADEMAR KYOTOSHI SHÔJO SATO

Formado pela Universidade de São Paulo, monge do Shin-Budismo da Terra Pura

Estamos iniciando em Brasília (DF) a Meditação Popular Amorosa em praça pública, especialmente nesta fase da pós-pandemia, se é que assim podemos dizer. De fato, foi o sofrimento coletivo que afetou o mundo todo, apesar do avanço da ciência e da tecnologia e a despeito da nova articulação de forças não só militares como também econômicas no mundo todo, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e o ressurgimento da barbárie direitista.

Meditação se confunde com o budismo, na sua proposta de atenção, concentração e esforço. Hoje não é preciso ser budista para praticá-la. Mas para que serve? Para trazer a mente tranquila e o coração confiante. Isso significa que, mesmo na época do Buda Shakyamuni, que viveu na Índia no século 6 a.C., as pessoas sofriam. Ele, que nasceu príncipe, era amado pelos pais, estimado pelos súditos, adorado pela jovem esposa e tinha do bom e do melhor, no entanto, estava insatisfeito com a vida e buscou respostas. Largou tudo e saiu por aí. Buscou orientar-se com os sábios da época, fez ioga e praticou muita penitência. De repente, deu-se conta que a insatisfação e o sofrimento fazem parte da vida, especialmente dos seres humanos que buscam a felicidade. E que tanto o sofrimento quanto a felicidade têm a ver não apenas com o próprio estado de espírito como também com as condições externas. Assim nasce o budismo que perdura até os dias de hoje.

Mas a meditação deixou de ser popular na medida em que as seitas foram surgindo como se fossem segredos de estado e passou a ser privilégio de iniciados ou de profissionais que viviam na reclusão. Falavam em sabedoria e compaixão e deixaram o amor de lado. Dia desses, andei pensando: por que não

levar essa amorosidade para espaços públicos e ensinar não somente a meditar, mas também a refletir sobre a nossa realidade hoje? Mas como eu poderia fazer isso, como chegar às pessoas?

Buda ensinou que não basta prestar atenção, se concentrar e se disciplinar no esforço. Esse é o procedimento necessário para refletir sobre nossa visão do mundo, pensamento sobre a vida, as palavras, as ações e o nosso modo de ser. Por que há tanta desigualdade no mundo, os direitos para viver livremente não são respeitados, estamos sempre insatisfeitos com o consumismo quase que compulsório? São oito as sendas para encontrar o sentido da vida e chegar à felicidade. É o caminho óctuplo da bem-aventurança.

Difícil, então? Acabei encontrando um caminho para unir a meditação à reflexão e, assim, facilitar a compreensão do que deveria ser o resultado final da meditação. A arte.

Por meio da fala, da música, da poesia, os nossos artistas populares transmitem conceitos melhor que os filósofos e os teólogos. Assim, o nosso João de Barro versou e Pixinguinha musicou como chorinho: "Meu coração, não sei por que, bate feliz quando te vê, e os meus olhos ficam sorrindo... Ah, se tu subesse como sou tão carinhoso... e como é sincero o meu amor... vem, vem, vem, vem... vem para matar esta paixão... só assim então serei feliz, bem feliz".

Mas a vida não é só felicidade. Kyu Sakamoto lançou um grande sucesso mundial chamado *Olhando para o céu*: "Eu ando olhando para cima para as lágrimas não caírem, lembrando aqueles dias de primavera, mas esta noite estou só e

triste; eu ando olhando para cima, contando as estrelas com os olhos cheios de lágrimas, lembrando aqueles dias de verão, mas esta noite estou só e desorientado; a felicidade está além das nuvens, ela está acima do céu, mesmo assim, ando olhando para cima para as lágrimas não caírem, esta noite estou só e angustiado, lembrando aqueles dias de outono; nesse inverno cheio de ganância e arrogância, de ódio e raiva, ignorância e mentiras, a tristeza está na sombra das estrelas, na sombra da lua; eu ando olhando para cima, então, as lágrimas não caem, não caem, embora elas aumentem enquanto caminho".

Assim, na Meditação Popular e Amorosa, com o exercício consciente da respiração, relaxamos o corpo e a mente, buscando harmonizar a resiliência e o equilíbrio — o verdadeiro caminho do meio — com amorosidade, espontaneidade e fraternidade. A Yoko e o John dizem no *Imagine*: "Imagine que não exista paraíso mas é fácil se você tentar, nenhum inferno sob nós e acima da gente apenas o céu; imagine todas as pessoas vivendo o presente; imagine que não há países, nada para matar ou razão para viver, nenhuma religião também; imagine todas as pessoas vivendo em paz; pode dizer que sou um sonhador, mas eu não sou o único e espero que algum dia se junte a nós e o mundo será como um só; imagine que não existem posses nem necessidade de ganância ou fome, uma irmandade fraternal, imagine todas as pessoas compartilhando o mundo inteiro; pode dizer que sou um sonhador, mas não sou o único, e espero que um dia se junte a nós e o mundo viverá como um só!". Basicamente, é isso que reflete o caminho óctuplo da meditação para a vida plena.

Piso inviável

» RAUL VELLOSO
Economista

Cogita-se de instituir um piso nacional dos enfermeiros e de carreiras correlatas, não para valer como uma medida emergencial em resposta a um evento do tipo de uma pandemia, mas, sim, como algo definitivo, conforme projeto aprovado, recentemente, no Senado e, ora, em exame na Câmara Federal. Em relação especificamente à implementação dessa medida no âmbito público, e em que pese os inúmeros argumentos que se podem reunir a seu favor, é preciso perguntar se há condições mínimas para adotá-la, ou seja, se há espaço orçamentário suficiente nos congestionados orçamentos públicos de nosso país, especialmente na dimensão proposta. Não tratarei da imposição desse tipo de medida ao setor privado, pois entendo que ela perderia qualquer sentido em países com organização capitalista, como o nosso, e só serviria para aumentar os altos níveis de desemprego.

Como mostrarei a seguir, a resposta não é favorável à medida, tendo em vista as crescentes demandas que se vêm fazendo sobre os orçamentos públicos ao longo das últimas décadas, em contraste com uma dominante percepção de que o país está há muito naufragado em uma crise fiscal sem fim, o que leva o Banco Central a subir frequentemente as taxas de juros que fixa de tempos em tempos, à desabada dos investimentos e à consequente compressão das taxas de crescimento da economia e do emprego. E como venho reunindo dados de difícil acesso que ilustram a primeira parte da colocação acima ao longo dos anos recentes, aproveito este espaço para apresentá-los da forma mais didática possível. Dito de outra forma, a mensagem básica é de que não há espaço para adotar qualquer medida que implique esgarçamento ainda maior da rigidez orçamentária brasileira, em qualquer dimensão em que se encarrar o problema.

Basicamente, proponho que se analise essa questão de duas formas. Primeiro, deve-se olhar com rigor e atenção a execução orçamentária de um ente subnacional de peso (no caso, foi escolhida a prefeitura do município do Rio de Janeiro, a segunda de maior peso econômico no país), em um dado instante do tempo (no caso, no recente ano de 2016) e, ali, examinar o seu grau de rigidez. E, segundo, jogando o foco da análise em um período suficientemente longo de tempo, devem-se identificar os itens que mais têm crescido, para se ter uma visão acurada tanto de cada momento quanto de sua evolução recente e perspectivas.

Um exame cuidadoso da execução dessa prefeitura no ano de 2016 mostrou algo que venho denunciando há algum tempo em vários lugares. Hoje, os orçamentos públicos estão cheios de "donos", ou segmentos que, a partir de legislação hierarquicamente superior, ou seja, com alta rigidez legal, foram se apropriando das receitas, obviamente pelos caminhos legais existentes em nosso sistema. E como não se tem sido bem-sucedido em deflagrar algum tipo de reação contrária com alertas escritos, que impeçam o agravamento do alto grau de rigidez de nossos orçamentos públicos, não é de surpreender que, a cada momento, surja uma nova pressão pelo aumento do percentual dos "donos".

Enfim, quem manda no orçamento da prefeitura do Rio? Com base em 2016, e por ordem decrescente, são os seguintes os percentuais do gasto total: 1) Outros custeios e capital obrigatórios (ou seja, basicamente despesa corrente com programas obrigatórios previstos em lei, excluindo pessoal): 38,7%; 2) Pessoal ativo: 30,3%; 3) Inativos e pensionistas: 14,1%; 4) Outros custeios e capital discricionários (ou seja, sem previsão prévia obrigatória em lei): 10,6%; 5) Investimento: 6,4%. E, para completar o exame do grau de rigidez em um certo instante do tempo, cabe decompor a parcela obrigatória como segue: 1) Urbanismo: 39,8% (ou seja, basicamente limpeza urbana e transporte); 2) Saúde: 31,1%; 3) Educação: 10,8%; 4) Serviço da dívida: 7,5%; 5) Legislativo: 7,3%; 6) Precatórios: 2,0%; e 7) Outras vinculações: 1,5%. Cabe, agora, destacar o peso do item Saúde, o segundo maior entre os demais gastos obrigatórios, e o do pessoal ativo, o segundo maior nos grandes grupos. São esses exatamente os dois itens afetados em face de uma eventual aprovação de um piso aplicável aos entes públicos.

Quanto à análise dinâmica, apresento dados difíceis de obter para a chocante subida real recente dos gastos previdenciários no conjunto dos municípios, em primeiro, e dos estados, em segundo lugar, com tendência a continuar subindo em ritmo forte. Isso significa que o destaque em matéria de crescimento exagerado dos gastos públicos é tripla: saúde, pessoal ativo e Previdência (que cresce conjuntamente com o pessoal ativo), todos esses itens sendo direta ou indiretamente afetados pela medida em pauta.

A propósito, entre 2011 e 2018, os gastos previdenciários municipais cresceram à média real de 12,5% ao ano, e entre 2006 e 2018, os gastos estaduais cresceram à média de 5,9% ao ano. Cabe, agora, destacar o fato de o PIB ter crescido à taxa média de apenas 1,4% ao ano entre 2006 e 2020, tornando literalmente impossível alguma compensação pelo lado da arrecadação tributária.